

42º Encontro Anual da Anpocs

Simpósios de Pesquisas Pós-Graduadas (SPG) 19: Finanças e Sociedade

“Inflação e desigualdade no Brasil moderno, 1945-1994”
Por: Matthew Nestler

“Dissertation Prospectus”

Inflação e desigualdade no Brasil moderno, 1945-1994

Por: Matthew Nestler

I. Introdução

A distribuição de riqueza e renda no Brasil é notoriamente desigual, e autores atribuíram essa desigualdade a causas históricas, bem como políticas e eventos de menor duração. Embora raramente considerado, argumento que a inflação pode ajudar a explicar por que essa desigualdade de longo prazo persiste no Brasil moderno. A história da inflação no Brasil é um dos contrastes. Houve preços relativamente estáveis desde a independência em 1822 até a década de 1940, exceto por breves aumentos de preços no início da década de 1890 e em torno da Primeira Guerra Mundial.¹ Ao contrário de vários países europeus e latino-americanos no século XIX, o Brasil também não deixou de pagar sua dívida até 1898.² A partir dos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, no entanto, a inflação chegou ao Brasil com consequências sociais, políticas e econômicas significativas. A hiperinflação no final dos anos 80 e início dos anos 90 moldou a vida das pessoas, estressou o tecido básico da sociedade, e contribuiu para várias formas de desigualdade. Os efeitos da inflação ainda persistem hoje no Brasil, como se pode ver nas taxas de juros nominais relativamente altas tanto para os mutuários públicos quanto privados e no fato de que a inflação é uma preocupação recorrente entre ambos cidadãos comuns e políticos.

Nas últimas décadas, a inflação tem sido o domínio de economistas cujos modelos formais buscam identificar os mecanismos pelos quais a inflação impacta outras variáveis econômicas e a economia real.³ Suas análises ignoram, no entanto, um fator crucial – os efeitos da inflação na vida de pessoas individuais. Concordo com a afirmação do Milton Friedman de que a inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário. Mas acrescento que é também uma questão social e cultural que os historiadores sociais e culturais têm omitido em grande parte. Embora existam literaturas substanciais sobre as causas da inflação no Brasil, ainda não há

1 Mário Henrique Simonsen, “Inflation and the Money and Capital Markets of Brazil” in *The Economy of Brazil*, edited by Howard S. Ellis (Berkeley: University of California Press, 1969), 134.

2 Marcelo de Paiva Abreu, “Brazil as a Debtor, 1824-1931,” *The Economic History Review*, New Series, 59, no. 4 (November 2006), 767 and Carlos Marichal, *A Century of Debt Crises in Latin America: From Independence to the Great Depression, 1820-1930* (Princeton: Princeton University Press, 1989).

3 Por exemplo, Christopher A. Sims, “A simple model for study of the determination of the price level and the interaction of monetary and fiscal policy,” *Economy Theory*, no. 4 (1994).

consenso sobre como os indivíduos experimentaram aumentos rápidos nos preços, a relação entre estas experiências diversas e as causas políticas e econômicas da inflação, nem a conexão da inflação com a desigualdade.

Dentro da grande questão sobre a relação de longo prazo entre inflação e desigualdade na história moderna brasileira, minha tese considera uma série de questões ligadas. **SOCIAL E CULTURAL** (1) Como os indivíduos de diferentes grupos socioeconômicos entenderam e experimentaram a inflação? (2) Como esses entendimentos e experiências impactaram sua vida social e mobilização política? **ECONOMIA POLÍTICA** (3) Quais limitações internacionais os formuladores de políticas brasileiras enfrentaram ao elaborar políticas destinadas a combater a inflação? (4) Para lidar com desequilíbrios fiscais, quais das três principais alavancas políticas – fiscal, de empréstimos e monetária – o governo brasileiro buscou e por quê? **SÍNTESE** (5) Qual foi a relação entre os resultados sociais identificados e as causas políticas e econômicas da inflação? (6) Como esse relacionamento mudou com o tempo e interagiu com a desigualdade?

Meu projeto combina uma análise de baixo para cima de indivíduos pertencentes a diferentes grupos socioeconômicos com uma análise de cima para baixo de instituições, juntamente com atores de elite políticos e econômicos. Nas últimas décadas, os historiadores concentraram-se principalmente no primeiro, enquanto os economistas e cientistas políticos abordaram principalmente o segundo. Estudar apenas um ou outro, no entanto, perde a interação crucial entre a ação individual e as estruturas macro. A história social e cultural combinada com uma abordagem de economia política pode contribuir com novas interpretações de resultados históricos na história brasileira. A avaliação das interações entre esses métodos fornecerá uma análise mais completa sobre a relação entre inflação e desigualdade e outras literaturas historiográficas no Brasil do que qualquer conjunto de questões poderia isoladamente.

Minha tese divide o período de 1945 a 1994 em três períodos distintos baseados em eventos políticos significativos na história do Brasil: (a) 1945-1964 com o retorno à democracia após o Estado Novo (1937-1945) seguido por seu colapso no início dos anos 1960, (b) 1964-1985 com os diferentes governos militares, e (c) 1985-1994 com redemocratização e crise econômica devido à hiperinflação até o Plano Real de 1994. Será composto por dois capítulos para cada período de tempo, juntamente com uma introdução e conclusão. Enfocando em 1945-1994, posso estudar historicamente a relação entre inflação e desigualdade e, examinando fontes

primárias nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, posso fazer argumentos sobre narrativas específicas dentro da experiência diversificada do Brasil.

Devido à devastação social causada pela inflação em muitos países nas décadas de 1970 e 1980, a política de bancos centrais em todo o mundo tem feito da meta da inflação seu principal objetivo. Como resultado, a inflação tem sido relativamente estável na maioria dos lugares nos últimos anos. Nas próximas décadas, no entanto, como outras preocupações têm prioridade imediata – como crises de liquidez bancária, passivos previdenciários não financiados, salários reais estagnados, ou desemprego estrutural – a inflação pode retornar, e com ela dinâmicas similares que podem levar a desigualdades estruturais de longo prazo. Uma exceção notável à relativa calma na inflação no mundo contemporâneo é a Venezuela. A hiperinflação atualmente está devastando a vida das pessoas, causando caos social e desigualdades parecidas a alguns dos resultados vistos no Brasil nos anos 80 e 90.⁴ Um dos objetivos desta tese é derivar lições da experiência do Brasil com a inflação e a hiperinflação para ajudar a orientar os países no futuro para mitigar as consequências desiguais da inflação.

II. Contexto Histórico e Teorias da Inflação e Desigualdade

Embora a história tenha visto muitos episódios de inflação, começo a história na Europa *early-modern* porque as pessoas dessas comunidades – com suas normas sociais, instituições políticas, crenças econômicas – colonizaram a massa de terra que se tornaria conhecida como o Brasil. Para aumentar a receita nos estados incipientes da Europa *early-modern*, os governantes emprestaram dinheiro (de banqueiros, comerciantes, escritórios de vendas) e cobravam múltiplos impostos (tributos, rendas, renda).⁵ A guerra foi o seu gasto mais significativo, mas a sua posição fiscal foi muitas vezes precária devido à escassez de credores por falências no passado e à fraca capacidade do Estado para cobrar mais impostos mais amplos.⁶ A solução, às vezes, era depreciar a moeda, fazendo com que o valor real de todas as divisas e dívidas pendentes diminuísse, e usar a moeda recém-degradada para financiar a guerra. Em outras palavras, o estado optou pelo imposto inflacionário para financiar as operações do Estado, como se pode

4 *El Mundo*, “Fugadesesperada de Venezuela,” accessed on February 21st, 2018, [Link](#); *El Nuevo Herald*, “Miles de venezolanos ante el dilemma de robar o comer basura para no morir de hambre,” accessed on February 21st, 2018, [link](#); and, *The New York Times*, “In a Venezuela Ravaged by Inflation, ‘a Race for Survival’,” accessed on February 21st, 2018, [link](#).

5 Charles Tilly, *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990* (Cambridge: Basil Blackwell, 1990), 84-91.

6 *Ibid.*, 20-8.

vernos monarcas espanhóis dos Habsburgo no início do século XVII e Luís XIV antes e durante a Guerra da Sucessão Espanhola.⁷ Embora a guerra deixou de ser um grande gasto no Brasil do século XX, seus líderes enfrentaram problemas semelhantes aos dos governantes europeus *early-modern* – ou seja, receitas incertas com mecanismos de financiamento comparáveis (isto é, políticas fiscais, monetárias ou de empréstimo) e uma alta concentração de propriedades com uma base tributária relativamente pequena, que muitas vezes tornava atraente o financiamento da inflação.

Em vez de analisar a inflação em isolamento, ela deve ser entendida como um problema de sistemas.⁸ A inflação não chegou ao cenário exnihilo, mas desenvolveu-se como consequência da mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo. Como destacado no caso dos estados europeus *early-modern*, a inflação é um resultado potencial da relação em evolução entre o Estado, poder político e propriedade, e novos grupos sociais. Essa perspectiva sistêmica exige que examinemos a relação entre inflação e desigualdade no Brasil moderno considerando também outros temas, como desenvolvimento industrial, urbanização, redução da pobreza e criação de riqueza. O fim da Segunda Guerra Mundial marcou uma nova era na qual os países do Global South acreditavam que poderiam transformar rapidamente suas sociedades enquanto perseguiram esses objetivos díspares. No caso do Brasil moderno, esses diversos objetivos perseguidos dentro do mesmo sistema muitas vezes se chocaram, levando à inflação com suas consequências desiguais de distribuição.

A desigualdade tomou várias formas e viu múltiplas causas nas terras que as potências europeias colonizaram nas Américas. No contexto do Brasil, autores propuseram inúmeras causas para explicar essa desigualdade, incluindo dotações iniciais de fatores e desenvolvimento institucional subsequente⁹, escravidão¹⁰, estratificação social e alta concentração de propriedades

7 Joël Félix, “‘The Most Difficult Financial Matter That Has Ever Presented Itself’: Paper Money and the Financing of Warfare under Louis XIV,” *Financial History Review*, Vol. 25, no. 1 (2018), 49.

8Veja, Donella H. Meadows, *Thinking in Systems: A Primer*, edited by Diana Wright (White River Junction, VT: Chelsea Green Publishing, 2008). Compreender a inflação como um “problema sistêmico”, juntamente com uma apreciação aguda da contingência e da ação individual, pode levar a um melhor diagnóstico das origens da inflação e por que as políticas que tentaram controlar a inflação falharam. Como Meadows descreve, “colocar novos atores no mesmo sistema não melhorará o desempenho do sistema. O que faz a diferença é redesenhar o sistema para melhorar as informações, incentivos, desincentivos, metas, tensões e limitações que afetam atores específicos” (110). Todas as traduções do inglês ao português são minhas.

9Engerman, Stanley L. and Kenneth L. Sokoloff. “Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies,” NBER Working Paper 9259 (October 2002), pp. 1-43.

fundiárias em uma sociedade de fronteira¹¹, oferta elástica de mão de obra¹², alto custo de transporte devido à falta de redes naturais e não naturais de transporte que impediam a criação de um mercado interno¹³, mercados financeiros e direitos de propriedade subdesenvolvidos¹⁴, a posição do Brasil na periferia do sistema capitalista global¹⁵ e leis que levaram à informalidade em vez de cidadania nos espaços urbanos¹⁶, entre outras explicações. Nesta tese, argumento que qualquer relato das causas de longo prazo da desigualdade no Brasil seria incompleto sem considerar a inflação.¹⁷

Uma definição importante para o meu projeto é a distinção entre inflação e hiperinflação. Um economista define hiperinflação como um aumento de preço de pelo menos 50% ao mês, enquanto outro define como um aumento de 100% ao ano.¹⁸ Um artigo do *Wall Street Journal* de 29 de janeiro de 1990 sobre o Brasil discute como definir com precisão a hiperinflação, afirmando que ela “não pode ser definida por um número, mas ocorre quando a economia está em estado de total desorganização”.¹⁹ O artigo continua, citando o economista brasileiro Carlos Langoni, que ironiza que a hiperinflação “é quando você descobre que é melhor pagar o almoço antes do primeiro prato do que depois da sobremesa”.²⁰ Eu trato os anos de 1988-1994 no Brasil como anos da hiperinflação quando a taxa de inflação anual foi de pelo menos 400%. Esta

10 Entre outros, Katia de Queróis Mattoso, *Ser Escravo no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1982).

11 Alida Metcalf, *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana De Parnaíba, 1580-1822* (Austin: University of Texas Press, 2005 [1992]).

12 Nathaniel H. Leff, “Economic Development in Brazil, 1822-1913,” in *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914* (Stanford: Stanford University Press, 1997).

13 William Summerhill, *Order Against Progress: Government, Foreign Investment, and Railroads in Brazil, 1854-1913* (Stanford: Stanford University Press, 2003).

14 Stephen Haber and Herbert S. Klein, “The Economic Consequences of Brazilian Independence” in *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914* (Stanford: Stanford University Press, 1997).

15 Teóricos da dependência, comovistoem Andre Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil* (New York: Monthly Review Press, 1967) e Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto, *Dependency and Development in Latin America* (Berkeley: University of California Press, 1979).

16 Brodwyn M. Fischer, *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro* (Stanford: Stanford University Press, 2008).

17 Também considerarei a hipótese de que a desigualdade causa inflação.

18 Peter Bernholz, *Monetary Regimes and Inflation, History Economic and Political Relationships* (Northampton, MA: Edward Elgar, 2015), viii e David C. Colander, *Economics, Sixth Edition* (New York: McGraw-Hill Irwin, 2006), 534.

19 *The Wall Street Journal*, “Daily Inflation Struggle Obsesses Brazil,” January 29, 1990.

20 *Ibid.*

designação não sugere que níveis mais baixos de inflação – e mudanças repentinas na taxa entre números relativamente baixos – não causem turbulência social e econômica. Pelo contrário, o final dos anos 1970 e 1980 no Brasil viu vários anos quando a taxa de inflação ultrapassou 200% ao ano, e as taxas de inflação que provocaram mudança de regime em 1954 e 1964 foram de cerca de 30% e 90% respectivamente.²¹ Uma taxa de inflação anual comparativamente baixa pode acarretar consequências sociais e econômicas drásticas. Considere-se que a inflação que qualquer americano com mais de 50 anos se lembra do final dos anos 1970 e início dos anos 80 atingiu apenas 13,5% em 1980.²²

Nos últimos séculos, economistas e outros autores debateram ferozmente duas questões fundamentais: O que é a inflação? E, o que causa a inflação? Um economista contemporâneo define a inflação como “um aumento no nível geral de preços na economia” e afirma que sua causa é o “crescimento da quantidade de dinheiro”.²³ Essa teoria quantitativa do dinheiro (QTM), favorecida por um conjunto diverso de pensadores como Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Milton Friedman e outros economistas “monetaristas” na segunda metade do século XX, afirma que um aumento na oferta de moeda provoca um aumento no nível geral de preços de uma economia.²⁴ Economistas “estruturalistas”, associados à CEPAL e que entraram em confronto com seus colegas monetaristas, afirmam que a QTM é apenas um fenômeno superficial da verdadeira causa da inflação – estruturas sociais e econômicas que mudam rapidamente.²⁵ Embora discordem sobre o QTM, esses economistas rotineiramente discutem dois

21 Veja as citações na Tabela 1 abaixo.

22 Dados do U.S. Bureau of Labor Statistics, reportado pelo Federal Reserve Bank of Minneapolis, <https://www.minneapolisfed.org/community/financial-and-economic-education/cpi-calculator-information/consumer-price-index-and-inflation-rates-1913>, acessado no 19 de Abril de 2018.

23 N. Gregory Mankiw, *Principles of Economics*, 7th edition (Cengage Learning Online, 2015), 14-5.

24 A equação simples de Irving Fisher para o QTM é oferta monetária (M) * Velocidade (V) = Nível de preço (P) * Quantidade de bens e serviços (Q). A medida mais comum de dinheiro usada por economistas contemporâneos é conhecida como M1, que inclui moeda em circulação, depósitos à vista e reservas bancárias mantidas no banco central.

25 A CEPAL se refere à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas, conhecida como ECLA em inglês e CEPAL em português e espanhol. Os estruturalistas, assim como os monetaristas, não eram um grupo monolítico, mas abrangiam muitos autores que trabalhavam em diferentes países, principalmente na América Latina, cujas opiniões sobre inflação, desenvolvimento e desigualdade evoluíram dos anos 1940 aos anos 90. Veja Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988); Joseph L. Love, “The Rise and Decline of Economic Structuralism in Latin America: New Dimensions,” *Latin American Research Review*, Vol. 40, no. 3 (October 2005), pp. 100-125; e, Mauro Boianovsky, “Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist Debate on Economic Stabilization in Latin America,” *History of Political Economy*, Vol. 44, no. 2 (2012), pp. 277-330.

tipos de inflação: de custo (no lado da oferta, como após o Choque do Petróleo de 1973) e de demanda (no lado da procura, como após um grande aumento de salários reais), os quais causam um aumento nos preços.

Autores complementaram esse entendimento econômico da inflação com explicações alternativas. Uma teoria sociológica da inflação – também conhecida como a tese do “cabo-de-guerra” – enfatiza que a inflação é o resultado da concorrência entre grupos sociais por recursos que excedem as capacidades de uma sociedade.²⁶ Como Celso Furtado escreve, a inflação é “fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real”.²⁷ Outros argumentam que a inflação tem causas distintamente psicológicas.²⁸ Na medida em que as pessoas – consumidores, produtores, formuladores de políticas – acreditam que os preços vão aumentar, os preços vão aumentar. Essa espiral inflacionária auto-realizável envolve tanto a psicologia individual quanto a sociologia de grupo, e a lógica é semelhante a como as avaliações nos mercados de ações são sustentadas na prática. Essa explicação psicológica da inflação é também conhecida como inflação inercial, em que a experiência passada e as expectativas de inflação causam inflação presente e futura.²⁹

26Veja Michael Gilbert, *Inflation and Social Conflict, A Sociology of Economic Life in Advanced Societies* (Sussex: Wheatsheaf Books Ltd, 1986), 32, para o argumento sociológico da inflação e também Albert O. Hirschman, “The Social and Political Matrix of Inflation: Elaborations on the Latin American Experience” in *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond* (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), 183-7, para a tese do “cabo-de-guerra”.

27 Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1959]), 317. Relacionado, Max Weber ironiza que “é claro que alguém teria que suportar com os custos [da inflação], mas não seriam o estado nem umas dessas duas categorias de indivíduos privados, empreendedores e assalariados” (Max Weber, *Economy and Society: Volume 1* (Berkeley: University of California Press, 2013 [1922]), 187).

28 George Katona, “The Psychology of Inflation” in *Inflation Through the Ages: Economic, Social, Psychological and Historical Aspects*, edited by Nathan Schumkler and Edward Marcus (New York: Brooklyn College Press, 1983), 745.

29 “Inflação inercial” foi um hadapele economista e futuro ministro da Fazenda e ministro do Ministério do Planejamento na década de 1970 Mário Henrique Simonsen em Mário Henrique Simonsen, *Inflação: Gradualismo versus tratamento de choque* (Rio de Janeiro: Apec, 1970). Em meados da década de 1980, vários economistas argumentaram que a inflação inercial era responsável pela persistência da inflação no Brasil. Veja Luiz Carlos Bresser-Pereira and Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão* (São Paulo: Brasiliense, 1984); Pérsio Arida and André Lara-Resende, “Inertial Inflation and Monetary Reform,” in *Inflation and Indexation*, ed. by John Williamson (Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1985); e, Francisco Lopes, *O Choque Heterodoxo* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986). Arida, Lara-Resende e Lopes foram instrumentais na formulação e execução do Plano Real em 1994 que finalmente acabou com a hiperinflação.

Outra faceta da inflação inercial é a indexação, também conhecida como “correção monetária”.³⁰ Em uma economia indexada idealizada, uma série de preços nominais é ajustada regularmente com base em aumentos passados nos preços, bem como futuros níveis prospectivos de inflação para manter seu valor real. A indexação é uma medida paliativa que procura manter um grau de certeza nos preços relativos para alcançar uma alocação eficiente de recursos e, claro, combater a inflação.³¹ Em vez de um plano tradicional de reajuste para reduzir a inflação que pode enfrentar um retrocesso político e social devido a seus inevitáveis efeitos recessivos, a indexação é uma solução alternativa para uma economia funcionar com o aumento dos preços.³² Na prática, o ajuste automático dos preços para cima devido à indexação pode, de fato, criar a inflação que a indexação foi inicialmente destinada a mitigar.³³ Quando empregado por um longo período de tempo, a indexação também pode ajudar a causar o aspecto psicológico da inflação, iniciando e aprofundando as crenças e expectativas auto-realizáveis sobre a inflação futura. A experiência do Brasil das décadas de 1960 a 1990 mostra os perigos de um sistema de indexação que se torna um aspecto estrutural de uma sociedade e economia.

Apesar dessas ricas literaturas acadêmicas sobre as causas da inflação, outros autores afirmam que ainda não existe uma teoria convincente sobre suas causas. Daniel Tarullo, professor de direito e membro do Conselho de Governadores do Federal Reserve de 2009-2017, afirma categoricamente que “não temos, no momento, uma teoria da dinâmica inflacionária que funcione suficientemente bem para ser útil para o negócio de política monetária em tempo

30 Para uma discussão de indexação no Brasil, veja Albert Fishlow, “Indexing Brazilian Style: Inflation without Tears?”, *Brookings Papers on Economic Activity*, Vol. 1 (1974), 261-82.

31 Um mecanismo para combater a inflação é a repressão deliberada dos salários reais, reduzindo assim a demanda agregada. Essa era uma política consciente do regime de indexação adotado no Brasil a partir de 1964, como visto no declínio dos salários reais na década seguinte. Para dados empíricos mostrando a tendência em diferentes indústrias e tamanhos de empresas em São Paulo de 1960 a 1976, veja Russell E. Smith, “Política salarial, mercados de trabalho e salários industriais no Brasil, 1960-1976: Uma análise por propriedade e tamanho da empresa,” *Revista de Economia Política*, Vol. 8, no. 1 (January/March 1988), 56.

32 Certos modelos de economia política da inflação e da desigualdade de renda são esses conflitos distributivos, juntamente com pressupostos de escolha racional sobre atores políticos, como pontos de partida. Esses modelos formalizados são testados usando dados empíricos na tentativa de identificar uma relação causal entre a inflação e a desigualdade de renda e as razões pelas quais a inflação persiste ao longo do tempo. Por exemplo, veja Christopher Crowe, “Inflation, Inequality, and Social Conflict,” *IMF Working Paper*, 06/158 (June 2006), pp. 1-36.

33 Isso é verdade mesmo em uma economia indexada idealizada, antes de levarmos em conta a aplicação desigual da indexação e o fato de que ela se torna uma política discricionária e, portanto, uma ferramenta política.

real.”³⁴ Em suma, esses debates sobre as causas da inflação servirão como informações importantes para examinar a relação entre inflação e desigualdade ao longo do tempo usando tanto as abordagens micro quanto macro. Embora não seja um objetivo principal, minha tese poderia contribuir um modelo novo e multifacetado sobre as causas da inflação no contexto do Brasil moderno.

A próxima questão historiográfica fundamental para esta tese diz respeito à relação entre inflação e desigualdade. Literaturas secundárias em várias disciplinas sobre essa relação geralmente concordam que há uma associação entre inflação e desigualdade de *renda*.³⁵ Os economistas concordam em grande parte que a inflação prejudica mais as pessoas mais pobres do que as pessoas mais ricas porque a riqueza das pessoas mais pobres é mantida em dinheiro (na forma de salários) e não têm acesso a refúgios de inflação que preservam a riqueza real como contas bancárias indexadas, instrumentos de dívida indexados à inflação, moeda estrangeira ou a capacidade de comprar ativos ilíquidos.³⁶ Um dissidente desse ponto de vista, no entanto, afirma que a inflação destrói menos riqueza dos pobres em relação à classe média e aos ricos porque os pobres têm menos riqueza e poupança que podem ser eliminadas.³⁷

Também examinando os efeitos da inflação sobre a riqueza econômica e a renda, historiadores e sociólogos argumentam que certas pessoas e grupos sociais identificáveis tendem a perder com a inflação enquanto outros tendem a ganhar. Para aqueles que perdem, eles apontam para os pobres, pensionistas, possuidores de títulos, acionistas, a classe média, proprietários de imóveis e credores de todos os tipos.³⁸ Essas pessoas recebem renda nominal em

34 Daniel K. Tarullo, “Monetary Policy Without a Working Theory of Inflation,” *Hutchins Center Working Paper #33*, Brookings Institution, October 2017, 2.

35 Há uma literatura substancial sobre a economia que demonstra a associação entre inflação e desigualdade de renda. Por exemplo, veja Ales Bulir, “Income Inequality: Does Inflation Matter?” *IMF Staff Papers*, Vol. 48, no. 1 (2001), 148-157 e Stefania Albanesi, “Inflation and Inequality,” *Journal of Monetary Economics*, Vol. 54 (2007), 1088-1114.

36 Colander, *Economics*, 534 and 709; Charles W. Calomiris and Stephen H. Haber, *Fragile by Design: The Political Origins of Banking Crises & Scarce Credit* (Princeton: Princeton University Press, 2014), 437; Brigitte Granville, *Remembering Inflation* (Princeton: Princeton University Press, 2013); e, Fernando de Holanda Barbosa, “Inflação e cidadania,” in *Na corda bamba, doze estudos sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1993).

37 Eliana Cardoso, “Inflation and Poverty,” NBER Working Paper No. 4006 (March 1992), 2-3. Veja também, Eliana Cardoso and Andre Urani, “Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980s,” in *Reform, Recovery, and Growth: Latin America and the Middle East*, ed. by Rudiger Dornbusch and Sebastian Edwards (Chicago: University of Chicago Press, 1995), 167-8.

38 J. Zijlstra, “Inflation and its Impact on Society,” *The Economist*, 123, no. 4 (1975), 503; Frederick Taylor, *The Downfall of Money, Germany’s Hyperinflation and the Destruction of the Middle Class*

um horizonte de tempo relativamente longo, o valor real de que a inflação erode. Pela lógica oposta, aqueles que ganham com a inflação tendem a ser devedores, instituições financeiras, o estado, agricultores, especuladores e empresários.³⁹ O valor real das dívidas dessas pessoas diminui devido à inflação, e elas geralmente alavancam suas conexões sociais (banqueiros e empresários) e o poder coercitivo (o estado) para preservar a riqueza real.

Embora os autores tenham escrito sobre as consequências *sociais* desiguais da inflação em outros lugares, especialmente na Alemanha de Weimar, não existe muita literatura sobre o Brasil. Um antropólogo que escreve sobre o Brasil argumenta que o acúmulo de suprimentos básicos de alimentos devido à inflação impactou desproporcionalmente as pessoas mais pobres. Como as pessoas acumulavam fórmulas infantis de maior qualidade, as mães pobres eram deixadas com uma marca interna inferior, com padrões de saúde duvidosos, o que na verdade causava doenças e, em alguns casos, a morte de seus bebês.⁴⁰ Considerando que as pessoas mais ricas sempre poderiam pagar mais para encontrar e comprar fórmulas infantis com altos padrões de saúde, as pessoas mais pobres não tinham recursos. Apesar deste exemplo, a maioria dos estudos até o momento não examinou sistematicamente como a inflação impacta a vida social, o que a minha tese pretende fazer.

A Tabela 1 abaixo ilustra as taxas médias de inflação no Brasil por década, a partir dos meados do século XIX. Vemos taxas relativamente baixas antes dos anos 1940, um aumento constante em meados do século XX, uma ligeira queda nos anos 70, a explosão da hiperinflação nas décadas de 1980 e 1990 e, finalmente, um retorno a taxas mais baixas nas últimas duas décadas.⁴¹ Esses dados obscurecem a variação anual dentro de cada década, é claro, e minha tese enfocará em aumentos de preços em anos, meses, semanas e até dias específicos. No entanto, a tabela mostra a ascensão e queda da inflação no Brasil moderno e ilustra por que escolhi estudar os anos de 1945 a 1994.

(Londe: Bloomsbury, 2013), 39, 206, 220-3, and 344; e, Adam Fergusson, *When Money Dies, The Nightmare of Deficit Spending, Devaluation, and Hyperinflation in Weimar Germany* (New York: PublicAffairs, 2010 [1975]), 126.

39 Hirschman, "The Social and Political Matrix of Inflation," 186; E. Huszti, "Social and Economic Impact of Inflation in Hungary," *Acta Oeconomica*, 18, no. 1 (1977), 77; Taylor, *Downfall*, 206, 209, and 345; e, David Graham Hutton, *Inflation and Society* (London: Ruskin House, 1960), 132.

40 Nancy Scheper-Hughes, *Death Without Weeping, The Violence of Everyday Life in Brazil* (Berkeley: University of California Press, 1992), 391.

41 A taxa relativamente alta na década de 1890 deve-se à cifra de 85% em 1891 do que é conhecido como o *Encilhamento*, uma bolha de crédito e de ações de curta duração alimentada por políticas econômicas liberais.

Tabela 1: Taxa Média de Inflação por Década no Brasil, 1860 a 2010

1862-1869	6%	1940-1949	13%
1870-1879	-2%	1950-1959	17%
1880-1889	0%	1960-1969	45%
1890-1899	22%	1970-1979	34%
1900-1909	-6%	1980-1989	330%
1910-1919	5%	1990-1999	939%
1920-1929	6%	2000-2009	7%
1930-1939	3%	2010-2017	6%

Source: Dados de 1862-1911 de Claudio Roberto Contador, *Mercado de ativos financeiros no Brasil (perspectiva histórica e comportamento recente)* (Rio de Janeiro: IMBEC, 1974), 201-2; dados de 1912-1949 from Oliver Ónody, *A inflação brasileira (1820-1958)* (Rio de Janeiro, 1960), 25; para 1950-1980, dados de Werner Baer, *The Brazilian Economy: Growth and Development* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2014), 427-8; dados de 1981-1993 do Banco Mundial; dados de 1994-2017 do índice de IPCA de IBGE, https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm, acessado no 23 de Abril de 2018.

III. Questões de Pesquisa, Métodos e Fontes

SOCIAL E CULTURAL (1) Como os indivíduos de diferentes grupos socioeconômicos entenderam e experimentaram a inflação? (2) Como esses entendimentos e experiências impactaram sua vida social e mobilização política? Não há nenhum estudo do qual eu saiba que tem examinado exaustivamente essas questões em relação à história moderna do Brasil. O trabalho secundário sobre as experiências de outros países com a inflação, especialmente sobre a Alemanha de Weimar, fornece informações sobre as quais eu compararei minhas descobertas para o Brasil. Responderei a essas duas perguntas usando fontes primárias de vários arquivos históricos e uma pesquisa e entrevistas de história oral. Os dois primeiros períodos (1945-1964 e 1964-1985) dependerão mais dos materiais de arquivo, enquanto o terceiro período (1985-1994) se baseará nos ricos dados quantitativos e vinhetas pessoais da pesquisa e das entrevistas. Para limitar o amplo escopo dessas questões, busco me concentrar em categorias socioeconômicas mais específicas nos espaços urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, incluindo consumidores, proprietários de pequenas empresas, trabalhadores da economia informal e banqueiros. A medida de que enfatizo essas ou outras categorias depende das fontes encontradas.

Meu quadro metodológico geral é o seguinte. Usarei materiais de arquivo para analisar a linguagem usada por diferentes grupos de pessoas (indivíduos de diferentes grupos

socioeconômicos, sindicatos, elites econômicas e políticas brasileiras, e atores internacionais) para descrever os aumentos de preços e depois as ações que tomaram para enfrentar essas condições. Examinarei então os efeitos da inflação na vida social devido ao colapso do significado convencional e do valor do dinheiro. Essa história social e cultural da inflação inclui os temas de (1) sentimentos de impotência, medo e ansiedade, (2) a liberação encontrada em piadas e humor, (3) ações para manter o valor real de riqueza e (4) efeitos sobre as redes sociais de pessoas diversas.⁴² Finalmente, uma parte fundamental desta análise será demonstrar como os indivíduos, usando suas redes sociais, criaram movimentos populares de base para defender políticas para combater a inflação, incluindo as Uniões Femininas contra a carestia no início dos anos 50 e o Movimento do Custo de Vida em meados da década de 1970.⁴³

**Figura 1: “Ele Disse, Ele Fez” Panfleto do início dos anos 50
Contra Getúlio Vargas e Inflação**



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Panfletos DPS, 0918, <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2998338>, acessado no 13 de Julho de 2017.

No primeiro período (1945-1964) minha tese enfoca os anos 1951-1954, quando Getúlio Vargas retornou ao poder apenas para cometer suicídio em 1954 devido à pressão militar causada

42 Outros temas potenciais incluem (1) o significado de cidadania, (2) a memória da inflação, (3) um aumento no crime e outros comportamentos que transgridem as normas sociais, (4) a perda de fé no governo, mas ainda buscando sua proteção, (5) ações do governo para reprimir determinados setores sociais (“especuladores”), que revelam sua fraqueza, (6) protestar pela música, (7) a mentalidade da inflação e (8) o retorno à ênfase em outros valores fora do dinheiro (por exemplo, vida, arte, família).

43 Nos movimentos populares de base no Brasil, ver Scott Mainwaring, “Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy: Nova Iguaçu,” in *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, ed. by Alfred Stepan (Oxford: Oxford University Press, 1989), 168-204.

pela turbulência social induzida pela inflação. Os anos “democráticos” de Vargas testemunharam aumentos significativos de preços (de um dígito a ~ 30% ao ano), protestos populares contra o custo de vida (veja a Figura 1) e batalhas em torno dos declínios salariais reais, incluindo o polêmico decreto do Vargas de 1 de maio de 1954 que elevou o salário mínimo em 100%.⁴⁴ Esses anos são, portanto, ideais para realizar a primeira análise social e cultural da inflação de acordo com os temas descritos acima. Fontes para descrever a compreensão e a experiência de inflação de diferentes pessoas incluem livros, canções, fotografia e obras de arte, bem como boletins de sindicatos, jornais de sindicatos, documentos do partido comunista e correspondência privada entre líderes políticos brasileiros. As reportagens de jornais em bancos de dados on-line em português, inglês, e espanhol também fornecem evidências cruciais.

Conectando compreensão e experiência individualizadas com ação social e política de base mais ampla, esta análise destaca as Uniões Femininas no início dos anos 1950. Não existe muita literatura secundária sobre esses grupos. Em vez disso, os autores se concentraram mais em atividades sindicais, especialmente de trabalhadores de fábrica em São Paulo, Sociedades Amigos de Bairro, e movimentos de mulheres nos anos imediatamente após a guerra.⁴⁵ Pereira Neto, no entanto, descreve como membros da Sociedade Feminina de Ipiranga, em São Paulo, muitas vezes conversaram com repórteres sobre o custo de vida em seus bairros.⁴⁶ Em um congresso de 1956 patrocinado pela Federação das Mulheres, este autor conta que existiam pelo menos uma dúzia de associações femininas em diferentes bairros de São Paulo.⁴⁷ No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), encontrei panfletos de várias uniões femininas diferentes (ver figura 2 abaixo) e anúncios para reuniões de grupos que incluíam agendas. Vou buscar informações adicionais sobre esses grupos de jornais comunistas e sindicalistas e outros jornais de esquerda, entre outras fontes de arquivo.

44 Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (Oxford: Oxford University Press, 1967), 131-4.

45 Joel Wolfe, *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955* (Durham, N.C.: Duke University Press, 1993) e John D. French, *The Brazilian Workers' ABC: Class Conflict and Alliances in Modern São Paulo* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992); Paulo Fontes, “The Local and the Global: Neighborhoods, Workers and Associations in São Paulo (1945-1964),” *IRSH*, Vol. 62 (2017), Special Issue, pp. 191-216 e Paulo Fontes, “Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954)” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol 33, no. 66 (2013), pp. 71-94; e, John D. French and Mary Lynn Pedersen, “Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo, 1945-1948,” *Latin American Research Review*, Vol. 24, no. 3 (1989), pp. 99-125.

46 Murilo Leal Pereira Neto, *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* (Campinas: Editora Unicamp, 2011), 196.

47 *Ibid.*, 200-1.

Figura 2: “Abaixo a Carestia” Panfleto dos 1950 pela União Feminina da Tijuca, Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Panfletos DPS, 0014, <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2998338>, acessado no 13 de Julho de 2017.

O foco no segundo período (1964-1985) é nos anos 1975-1978, quando o governo militar do Geisel afrouxou o controle sobre a sociedade civil, o que resultou em uma explosão renovada de movimentos sociais que desafiaram abertamente o governo. A inflação e o custo de vida aumentaram consideravelmente durante este período de tempo devido aos efeitos do Choque do Petróleo de 1973, assim como os anos de políticas governamentais intencionais que reduziram muitos salários reais dos trabalhadores (especialmente aqueles da classe trabalhadora urbana). Usando fontes de arquivos semelhantes às do período anterior, meu projeto compara a análise histórica social e cultural nesse período de tempo com as formas específicas descritas durante os anos de 1951-1954. Também enfatiza outro movimento popular de base - o Movimento do Custo de Vida (MCV), que Thomas Skidmore credits por “ajudar a recuperar as ruas para protestos públicos”.⁴⁸

48 Thomas Skidmore, *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985* (New York: Oxford University Press, 1988), 183. Vejam também Tilman Evers, “Síntesis interpretativa del ‘Movimiento do custo de vida’, un movimiento urbano brasileño,” *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 43, no. 4 (October-December 1981), pp. 1371-1393; Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena* (Rio de Janeiro: Paz e

O MCV cresceu a partir de clubes de mães em 1973, no bairro de M'Boi Mirim, em São Paulo, e seguiu os movimentos populares das duas décadas anteriores que se organizaram em torno do alto custo de vida.⁴⁹ Enraizada na experiência vivida da classe trabalhadora urbana, especialmente das mulheres da classe trabalhadora, começa a carta inicial que o grupo enviou às autoridades públicas: “As mães da Periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida, vem pedir aos senhores que tomem providencia para baixar o custo de vida.”⁵⁰ Em 1975, o grupo “organizou uma pesquisa com 2.000 questionários com a participação de 70 clubes de mães” para saber por que o custo de vida tinha aumentado.⁵¹ O MCV interagiu com as organizações de base da Igreja Católica conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma instituição chave que se opunha aos governos militares. Na verdade, a primeira assembleia do nascente MCV “era composta de delegados de 700 comunidades de base de igrejas”.⁵² O movimento atingiu seu auge em 1978 com um comício na central Praça da Sé em São Paulo, a primeira manifestação pública nas ruas O Brasil em uma década.⁵³

Para o terceiro período (1985-1994), além das fontes tradicionais, como jornais, revistas e canções populares, as principais fontes a serem utilizadas são a pesquisa e as entrevistas de história oral.⁵⁴ Esses instrumentos fornecerão dados qualitativos e quantitativos ricos para a análise social e cultural da inflação, para mostrar tanto a mudança histórica quanto a continuidade entre esse período de tempo e os dois períodos anteriores. Atualmente, estou trabalhando com um provedor de pesquisa para ajudar a realizar a pesquisa. Busco pesquisar uma amostra aleatória de 240 pessoas que inclua quatro grupos de cotas de seções transversais de status socioeconômico (mais ricas e mais pobres) e variáveis de gênero, gerando um n de 60 para cada grupo. A população de interesse são consumidores individuais no ambiente urbano do Rio de Janeiro, atualmente com 55 a 75 anos de idade (entre 22 e 42 anos em 1985).

Terra, 1988), 212-25, e Thiago Nunes Monteiro, “*Como pode um povo vivo viver nestacarestia*”: *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*, Dissertação de Mestrado na Universidade de São Paulo (São Paulo, 2015).

49 Evers, “Síntesis interpretativa,” 1372.

50 Monteiro, *O Movimento*, 207.

51 Salvador A.M. Sandoval, *Social Change and Labor Unrest in Brazil since 1945* (Boulder, CO: Westview Press, 1993), 114.

52 Ibid.

53 Monteiro, *O Movimento*, 13.

54 Para um exemplo de uma pesquisa que examina as crenças e percepções das pessoas sobre a inflação nos EUA, na Alemanha e no Brasil, consulte Robert J. Shiller, “Why do People Dislike Inflation?” *NBER Working Paper Series*, Working Paper 5539 (April 1996), 1-75.

Os objetivos de pesquisa desses instrumentos são: (a) Compreender as percepções improvisadas das pessoas sobre a inflação, (b) compreender as ações de diferentes pessoas em face do aumento dos preços para preservar a riqueza real, (c) entender as percepções de diferentes pessoas sobre a relação entre inflação e desigualdade, (d) compreender os efeitos da hiperinflação nos laços sociais das pessoas, nas redes sociais e na vida social em geral, e (e) descobrir de onde as pessoas obtiveram informações de preços durante a hiperinflação. Dados do estudo piloto que realizei no verão passado mostram que quase todos os entrevistados – sejam comparados por status socioeconômico, gênero ou idade – concordam que a inflação prejudica mais os pobres. Um homem de 51 anos de idade de São Paulo deu uma resposta típica à questão de quem é mais impactado, dizendo “os mais pobres, claro”. Uma mulher de 46 anos de idade de São Paulo, no entanto, alegou que a inflação doía “principalmente pais com filhos.” Essa forma de pesquisa é especialmente oportuna porque as pessoas que experimentaram a inflação alta ainda estão vivas no Brasil e me permitirão acessar indivíduos historicamente marginalizados e sub-representados, cujas vozes estão frequentemente ausentes dos arquivos institucionais.

ECONOMIA POLÍTICA (3) Quais limitações internacionais os formuladores de políticas brasileiras enfrentaram ao elaborar políticas destinadas a combater a inflação? (4) Para lidar com desequilíbrios fiscais, quais das três principais alavancas políticas – fiscal, de empréstimos e monetária – o governo brasileiro buscou e por quê? Fontes secundárias fornecem a maioria do material para responder a essas perguntas, incluindo o volume editado por Marcelo de Paiva Abreu intitulado *A Ordem do Progresso*, os dois livros de Thomas Skidmore e um livro recente de Luiz Carlos Bresser-Pereira.⁵⁵ Eu complementarei este trabalho com pesquisa adicional em arquivos de fontes primárias publicadas e não publicadas.

Para responder a primeira pergunta, meu projeto sintetiza literaturas que analisam a economia global como um sistema coeso.⁵⁶ Ele dará atenção especial aos arranjos monetários internacionais e ao impacto dos EUA, do FMI e do Banco Mundial. Entre os principais eventos estão as negociações com o FMI nos anos 50 e 60, o Choque do Petróleo de 1973, os aumentos

⁵⁵ Marcelo de Paiva Abreu, ed., *A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*, 2nd edition (Rio de Janeiro: Editora Campus, 2014); Skidmore, *Politics in Brazil*; Skidmore, *The Politics of Military Rule*; e, Luiz Carlos Bresser-Pereira, *A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência* (São Paulo: Editora 34 Ltda., 2014).

⁵⁶ Por exemplo, a teoria da dependência em Cardoso and Faletto, *Dependency*, e a história monetária e econômica mainstream por economistas como Barry Eichengreen, *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System* (Princeton: Princeton University Press, 2008 [1996]).

repentinos nos EUA de juros e o segundo choque do petróleo em 1979 e o colapso dos mercados de dívida internacionais depois do incumprimento do México em 1982.⁵⁷ A análise descreverá como atores específicos (como os Estados Unidos) instituíram esses sistemas globais (como Bretton Woods) para beneficiar seus próprios interesses. Os países do Global South, com um poder relativamente menor como o Brasil, formularam políticas dentro dessa estrutura institucional desigual, embora suas ações então tenham retroalimentado e alterado esses sistemas.

Dadas essas restrições internacionais, meu projeto avalia a segunda questão para entender o processo pelo qual o governo brasileiro aborda os desequilíbrios fiscais por meio de três grandes alavancas políticas. Essas alavancas são (a) políticas fiscais tais como aumento de impostos ou redução de despesa, (b) empréstimo de dinheiro em mercados de capitais através de instrumentos de dívida pública, e (c) política monetária através do imposto inflacionário.⁵⁸ A medida de que os governos brasileiros buscaram cada uma dessas políticas é uma questão empírica que vou delinear usando o material secundário e as fontes primárias que eu já possuo do IBGE e outras publicações, incluindo todos os dados significativos do governo federal para dados bancários e macroeconômicos para o período de tempo deste estudo.⁵⁹ Essa análise também aproveita as conclusões anteriores alcançadas nas questões sociais e culturais e outras fontes primárias não publicadas. Essas fontes incluem correspondência privada entre líderes políticos brasileiros, relatórios internos de ministérios do governo e relatórios anuais de instituições como o BNDE(S). Os jornais on-line em português, inglês, espanhol e francês também fornecem evidências importantes.

Uma parte fundamental desta análise, especialmente para os anos 1951-1954 e 1975-1978, é a ênfase na instituição de um banco central devido à sua importância na formulação da

57 Edmar L. Bacha and Pedro S. Malan, "Brazil's Debt: From the Miracle to the Fund," in *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, ed. by Alfred Stepan (New York: Oxford University Press, 1989), pp. 120-140.

58 Formalmente, a restrição orçamentária do governo é: $B_{t+1} + p_t \tau_t + [M_{t+1}^B - M_t^B] = p_t G_t + (1 + i_t) B_t$. O lado direito mostra a despesa do governo (despesa e dívida mais juros) e o lado esquerdo mostra as três fontes que podem ser usadas para fazer esses pagamentos: dívida (empréstimo), impostos (fiscal) e aumento da base monetária. (inflação) (Pablo Kurlat, *Intermediate Economics*, 2016, <http://web.stanford.edu/~pkurlat/teaching/Econ52notes.pdf>, 227-8).

59 IBGE, <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>, accessed on October 22nd, 2017; Os dados do Banco Mundial, <http://data.worldbank.org/>, acessado no 24 de Fevereiro de 2016; Baer, *The Brazilian Economy*, 424-5; R.P. Cysne and P.C.C. Lisboa, "Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil: 1947-2003," *Ensaio Econômico EPGE* 539 (Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 2004); e Contador, *Mercado*, 201-2.

política monetária e, portanto, da inflação. Durante um período de mudança institucional antes e em torno de Bretton Woods e da Segunda Guerra Mundial, o Brasil não criou um banco central independente como outros países.⁶⁰ Em vez disso, os formuladores de políticas optaram por um acordo institucional no qual as atividades normalmente realizadas por um banco central eram divididas entre a SUMOC e o Banco do Brasil, até 1964, quando fundaram o Banco Central do Brasil.⁶¹ Vou considerar as razões políticas e sociais por trás desse arranjo específico, como a política monetária foi perseguida na prática e como esse acordo afetou a decisão do governo de, às vezes, optar pelo imposto inflacionário para corrigir desequilíbrios fiscais como no início dos anos 50.

SÍNTESE(5) Qual foi a relação entre os resultados sociais identificados e as causas políticas e econômicas da inflação? (6) Como esse relacionamento mudou com o tempo e interagiu com a desigualdade? As evidências fornecidas para responder às perguntas nas duas seções anteriores serão analisadas em conjunto para avaliar a relação entre análises socioculturais e análises de economia política –ou seja, como o micro interage com a macro. Essas duas perspectivas, muitas vezes tratadas isoladamente nas literaturas acadêmicas, servem, na verdade, para reforçar umas às outras. Minha tese conecta os diversos entendimentos e experiências dos indivíduos com a inflação, como os indivíduos criaram organizações de base como as Uniões Femininas no início dos anos 1950 e o Movimento Custo de Vida na década de 1970 para enfrentar condições inflacionárias e como os políticos às vezes eram influenciados por esses movimentos quando formularam e executaram políticas para lidar com a inflação.

Pesquisa no arquivo FGV-CPDOC, que serve como ponto de partida para pesquisas adicionais no próximo ano no Brasil, fornece evidências iniciais dessas conexões. Examinei uma série de boletins internos do Departamento Federal de Segurança Pública do inverno de 1953 que discutem líderes comunistas, reuniões sindicais e outros movimentos populares que organizam sobre os aumentos salariais e o alto custo de vida. Um boletim de 14 de julho de 1953, detalha uma reunião da Comissão Municipal Contra a Carestia, apoiada pela Associação Fluminense de

60 Paul W. Drake, *The Money Doctor in the Andes: U.S. Advisors, Investors, and Economic Reform in Latin America from World War I to the Great Depression* (Durham: Duke University Press, 1989).

61 Pedro Aranha Corrêa do Lago, *A Sumoc como embrião do Banco Central: Sua Influência na Condução da Política Econômica 1945–1965* (Rio de Janeiro: PUC–RJ, 1983); João S. Figueiredo Filho, “Políticas Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc de 1945 a 1955,” Dissertação de Mestrado na Universidade Federal Fluminense (Niterói: UFF, 2005); e, Abreu, *A Ordem do Progresso*.

Mulheres.⁶² Afirma que o chefe do Congresso Contra a Carestia, Fernando Carrazedo Filho (a quem se refere como “agitador”), “citou dados estatísticos apresentados pela ONU, apontando o Brasil como o país de custo de vida mais elevado”.⁶³ A informação mostra que os burocratas *federais* informaram sobre reuniões de movimentos contra a inflação e o boletim identifica conexões entre grupos contra a inflação e grupos de mulheres para pesquisas futuras.

Outro boletim de 16 de julho de 1953 detalha a conexão entre sindicatos, empresas e funcionários do governo. Descreve uma reunião realizada em 15 de julho de 1953, entre o Sindicato dos Trabalhadores Em Emprêsas de Carris Urbanos e os Diretores da Emprêsa Light sobre um aumento salarial de 40% que o sindicato buscou. Também esteve presente na reunião um representante do Ministério do Trabalho que, segundo o boletim, “aconselhou à Diretoria do sindicato” a não desistir do aumento de 40% dos salários porque “o assunto será resolvido” em uma reunião futura no ministério.⁶⁴ Alguns membros do governo Vargas defenderam um aumento de 40% no salário, em vez do 100% que Getúlio Vargas aprovou por decreto em 1954. Diante dessa história e da confirmação de outras fontes, pode-se argumentar que esse número se originou na organização de vários grupos (incluindo sindicatos, grupos contra a inflação, grupos de mulheres e membros do partido comunista), que cresceu a partir da experiência vivida dos membros desses grupos com a inflação. Mais pesquisas no próximo ano procurarão apresentar essas conexões com mais detalhes usando várias fontes nos diferentes níveis de análise nesta dissertação.⁶⁵

A análise final em cada um dos três períodos de tempo avalia até que ponto as relações examinadas levaram à desigualdade. Os autores que escrevem sobre a relação entre inflação e desigualdade no Brasil, até o momento, têm se concentrado principalmente na desigualdade em termos de riqueza e renda para grupos sociais agregados (ver referências na seção anterior). Minha tese expande esse enfoque sobre a desigualdade econômica para examinar os efeitos da

62 Boletim Reservado no 127, 14 de julho de 1953, Arquivo João Goulart, FGV-CPDOC, mt 1953.07.09, doc 3, p. 4.

63 Ibid.

64 Boletim Reservado no 129, 16 de julho de 1953, Arquivo João Goulart, FGV-CPDOC, mt 1953.07.09, doc 5, p. 4.

65 Doismétodospotenciaiaissão: (1)

detalhar como os líderes políticos explicitamente discutiram esses movimentos sociais em fontes como correspondência privada ou relatórios internos, e (2) uma análise discursiva que mostra, por exemplo, que no início dos anos 1950 Vargas seguiu políticas para combater a inflação usando a mesma linguagem que apareceu pela primeira vez nos boletins e memorandos de um sindicato em São Paulo.

inflação sobre a desigualdade social tanto para grupos agregados quanto para indivíduos diversos. Além das análises apresentadas no decorrer da narrativa histórica, procuro quantificar essa relação usando dados de fontes publicadas e de pesquisas adicionais de arquivo e da pesquisa. De várias fontes primárias e secundárias, eu já possuo dados quantitativos de 1945-1994 sobre salários mínimos reais médios anuais para o Brasil, salários mínimos mensais por estado, salários reais médios anuais para diferentes indústrias em São Paulo e Rio de Janeiro, índices de custo de vida e distribuição de renda no Brasil.⁶⁶ Para indicadores sociais, possuo dados para pedidos de patentes, alfabetização, expectativa de vida e mortalidade infantil da base de dados do Banco Mundial.⁶⁷ O WorldValues Survey também fornece dados sobre vários indicadores subjetivos, incluindo confiança (trust), confiança (confidence) e satisfação com a vida do Brasil das ondas de 1991, 2006 e 2014.⁶⁸

Minha tese faz várias contribuições para as literaturas sobre a relação entre inflação e desigualdade. Primeiro, amplia a definição de desigualdade para ir além de questões puramente econômicas. Além de considerar variáveis populares para riqueza e desigualdade de renda, como PIB per capita, coeficiente de Gini e taxas de pobreza, examina a desigualdade social como representada por variáveis educacionais (taxa de matrícula escolar, pedidos de patentes, taxas de alfabetização), variáveis de saúde (mortalidade infantil e gastos com saúde) e outras variáveis subjetivas. As análises sociais e culturais da inflação nos três diferentes períodos de tempo também ilustram várias formas de desigualdade social.

Segundo, pretende complementar o foco em números agregados para indicadores econômicos e sociais através de uma examinação de dados mais locais no nível municipal. Procurarei obter dados quantitativos variados de escolas municipais e hospitais/clínicas de saúde em bairros mais ricos e mais pobres do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses dados podem incluir

66 Ónody, *A inflação brasileira*, 127-9, 262-4; IBGE, <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>, acessado no 22 de Outubro de 2017; Raouf Kahil, *Inflation and Economic Development in Brazil, 1946-1963* (Oxford: Clarendon Press, 1973), 65-67; Renato P. Colistete, "Productivity, Wages, and Labor Politics in Brazil, 1945-1962," *Journal of Economic History* 67:1 (2007), 110-1; Frederico Luiz Barbosa de Melo, org., *Salário mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho* (São Paulo: Editora Ltda., 2015), 55 e 98; DIEESE, <http://www.portalbrasil.net/icv.htm>, acessado no 20 de Fevereiro de 2018; Smith, "Políticas salariais," 50-70; M. Louise Fox, "Income Distribution in Post-1964 Brazil: New Results," *The Journal of Economic History*, Vol. 43, no. 1, *The Tasks of Economic History* (March 1983), 261-71; Albert Fishlow, "Brazilian Size Distribution of Income," *The American Economic Review*, Vol. 62, no. 1/2 (March 1, 1972), 391-402; e, Baer, *The Brazilian Economy*, 88 and 429.

67 World Bank Open Data, <https://data.worldbank.org/>, acessado no 20 de Fevereiro de 2018.

68 World Values Survey, <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>, acessado no 20 de Fevereiro de 2018.

receitas, despesas, o número de pacientes atendidos, o número de médicos empregados e o número de crianças educadas, entre outros dados sobre educação e resultados de saúde. Minha hipótese é que a qualidade da educação e da saúde nos bairros mais pobres diminuiu drasticamente durante os anos de alta inflação e hiperinflação em relação àquela observada nos bairros mais ricos. Como a inflação reduz o valor real da riqueza e impacta negativamente os orçamentos, teoricamente faz sentido argumentar que a inflação causou essas consequências desiguais. Esta análise examinará esses resultados tanto a curto como a longo prazo para as pessoas e famílias afetadas.

Citações grandes em bloco de vinhetas pessoais de indivíduos na pesquisa e entrevistas de história oral fornecem a terceira contribuição. Argumentos sobre a desigualdade em termos de riqueza e renda mostram, por exemplo, a parcela da renda por decil de renda, mas esses dados quantitativos elidam os seres humanos reais que esses números representam. A incorporação de histórias individuais também permitirá que essas pessoas, muitas das quais são historicamente marginalizadas e não representadas nos arquivos institucionais, contem suas verdades com suas próprias palavras. Esses ricos detalhes da vida das pessoas individuais contribuem para meu argumento de que a desigualdade deve ser entendida em termos mais amplos e em termos de seres humanos reais, em vez de puramente através das lentes da riqueza quantitativa ou dos números de renda.

Finalmente, e mais preliminar neste momento, pretendo construir várias medições contrafactuais numa tentativa de quantificar as “economias” económicas e sociais como consequência do fim da hiperinflação em 1994. Fornecer estimativas de limite superior e inferior para vários indicadores económicos e sociais iria melhorar a nossa compreensão da relação multifacetada entre inflação e desigualdade e como isso varia por status socioeconômico e gênero. Por exemplo, eu poderia estender os valores médios das variáveis de 1988-1994 para 1994-2000 e calcular a diferença entre os valores observados e previstos. Outro método seria construir figuras de várias iterações de países semelhantes – uma espécie de seleção sobre observáveis – de 1988 a 1994 e calcular a diferença entre esses valores “previstos” para o Brasil se não tivesse testemunhado a hiperinflação e seus valores observados durante esses anos. Também eu poderia fornecer cálculos com base nos dados da pesquisa sobre as experiências individuais das pessoas. Eu poderia calcular o tempo médio gasto em atividades especificamente causadas pela hiperinflação, como esperar na fila do supermercado ou conversar com as pessoas

sobre preços. Avaliando esse tempo através das lentes do custo de oportunidade, eu poderia fornecer estimativas de limite inferior e superior para várias seções transversais de pessoas do tempo que elas poderiam ter gasto em outras atividades, como atividades econômicas, educação, saúde ou lazer.

IV. “Big Picture” e Conclusão

Desde a Segunda Guerra Mundial houve um aumento significativo na riqueza e redução da pobreza extrema em todas as partes do mundo, mas especialmente no Global South. O caso do Brasil é um exemplo notável de uma tendência global. Questões de riqueza e pobreza – de desigualdade – continuarão a dominar a discussão popular, acadêmica e sobre políticas públicas nas décadas seguintes. Devido à tendência secular em direção a um sistema econômico global e à crescente financeirização da economia global, os países continuarão a enfrentar questões sobre a relação entre economia e desigualdade, especialmente em relação à inflação (ver Venezuela). Estudos históricos aprofundados podem identificar dinâmicas que levam a desigualdades estruturais de longo prazo que podem ser remediadas no futuro.

V. Bibliografia

Fontes primárias

Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Foreign Relations of the United States. <https://history.state.gov/historicaldocuments>.

FGV-CPDOC. Arquivo João Goulart. <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>.

Bancos de dados online

DIEESE. <http://www.portalbrasil.net/icv.htm>.

IBGE. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>.

U.S. Bureau of Labor Statistics, reported by the Federal Reserve Bank of Minneapolis, <https://www.minneapolisfed.org/community/financial-and-economic-education/cpi-calculator-information/consumer-price-index-and-inflation-rates-1913>.

The World Bank Database. <http://data.worldbank.org/>.

World Values Survey. <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.

Jornais

El Mundo (Espanha)

El Nuevo Herald (Estados Unidos)

The New York Times (Estados Unidos)

The Wall Street Journal (Estados Unidos)

Fontes secundárias

- Abreu, Marcelo de Paiva, ed. *A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*, 2nd edition, 2014.
- _____. “Brazil as a Debtor, 1824-1931,” *The Economic History Review*, New Series, 59, no. 4 (November 2006), pp. 765-787.
- Albanesi, Stefania. “Inflation and Inequality,” *Journal of Monetary Economics*, Vol. 54 (2007), pp. 1088-1114.
- Arida, Pérsio and André Lara-Resende, “Inertial Inflation and Monetary Reform,” in *Inflation and Indexation*, ed. by John Williamson (Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1985).
- Bacha, Edmar L. and Pedro S. Malan. “Brazil’s Debt: From the Miracle to the Fund,” in *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, ed. by Alfred Stepan (New York: Oxford University Press, 1989), pp. 120-140.
- Baer, Werner. *The Brazilian Economy: Growth and Development* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2014).
- Barbosa, Fernando de Holanda. “Inflação e cidadania,” in *Na corda bamba, doze estudos sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1993), pp. 33-41.
- Barbosa de Melo, Frederico Luiz, org. *Salário mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho* (São Paulo: Editora Ltda., 2015).
- Bernholz, Peter. *Monetary Regimes and Inflation, History Economic and Political Relationships* (Northampton, MA: Edward Elgar, 2015).
- Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988).
- Boianovsky, Mauro. “Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist Debate on Economic Stabilization in Latin America,” *History of Political Economy*, Vol. 44, no. 2 (2012), pp. 277-330.
- Bordo, Michael D. et. al. *Central Banks at a Crossroads: What Can We Learn From History?* (Cambridge: Cambridge University Press, 2016).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência* (São Paulo: Editora 34 Ltda., 2014).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos and Yoshiaki Nakano. *Inflação e Recessão* (São Paulo: Brasiliense, 1984).
- Bulir, Ales. “Income Inequality: Does Inflation Matter?” *IMF Staff Papers*, Vol. 48, no. 1 (2001), pp. 148-157.
- Calomiris, Charles and Stephen Haber. *Fragile by Design: The Political Origins of Banking Crises and Scarce Credit* (Princeton: Princeton University Press, 2014).
- Cardoso, Eliana. “Inflation and Poverty.” NBER Working Paper No. 4006 (March 1992), pp. 1-52.
- Cardoso, Eliana and Andre Urani. “Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980s,” in *Reform, Recovery, and Growth: Latin America and the Middle East*, ed. by Rudiger Dornbusch and Sebastian Edwards (Chicago: University of Chicago Press, 1995), pp. 151-176.

- Cardoso, Fernando Henrique and Enzo Faletto. *Dependency and Development in Latin America*, translated by Marjory Mattingly Urquidí (Berkeley: University of California Press, 1979).
- Chaia, Miguel Wady. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE (1955-1990)* (São Paulo: Editora Humanidades, 1992).
- Colander, David C. *Economics, Sixth Edition* (New York: McGraw-Hill Irwin, 2006).
- Colistete, Renato P. "Productivity, Wages, and Labor Politics in Brazil, 1945–1962," *Journal of Economic History* 67:1 (2007), pp. 93-127.
- Contador, Claudio Roberto. *Mercado de ativos financeiros no Brasil (perspectiva histórica e comportamento recente)* (Rio de Janeiro: IMBEC, 1974).
- Corrêa do Lago, Pedro Aranha. *A Sumoc como embrião do Banco Central: Sua Influência na Condução da Política Econômica 1945–1965* (Rio de Janeiro: PUC–RJ, 1983).
- Crowe, Christopher. "Inflation, Inequality, and Social Conflict," *IMF Working Paper*, 06/158 (June 2006), pp. 1-36.
- Cysne, R.P. and P.C.C. Lisboa. "Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil: 1947-2003." *Ensaio Econômico EPGE* 539 (Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 2004).
- Drake, Paul W. *The Money Doctor in the Andes: U.S. Advisors, Investors, and Economic Reform in Latin America from World War I to the Great Depression* (Durham: Duke University Press, 1989).
- Eichengreen, Barry. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. (Princeton: Princeton University Press, 2008 [1996]).
- Engerman, Stanley L. and Kenneth L. Sokoloff. "Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies," NBER Working Paper 9259 (Oct 2002), pp. 1-43.
- Evers, Tilman. "Síntesis interpretativa del 'Movimiento do custo de vida', un movimiento urbano brasileño," *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 43, no. 4 (October-December 1981), pp. 1371-1393.
- Félix, Joël. "The Most Difficult Financial Matter That Has Ever Presented Itself: Paper Money and the Financing of Warfare under Louis XIV," *Financial History Review*, Vol. 25, no. 1 (2018), pp. 43-70.
- Fergusson, Adam. *When Money Dies, The Nightmare of Deficit Spending, Devaluation, and Hyperinflation in Weimar Germany* (New York: PublicAffairs, 2010 [1975]).
- Figueiredo Filho, João Sidney de. *Política Monetária, Cambial e Bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1955*, Master's Dissertation at Universidade Federal Fluminense (Niterói, 2005).
- Fischer, Brodwyn M. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-century Rio de Janeiro* (Stanford: Stanford University Press, 2008).
- Fishlow, Albert. "Brazilian Size Distribution of Income," *The American Economic Review*, Vol. 62, no. 1/2 (March 1, 1972), pp. 391-402.
- _____. "Indexing Brazilian Style: Inflation without Tears?," *Brookings Papers on Economic Activity*, Vol. 1 (1974), pp. 261-82.
- Fontes, Paulo. *Migration & the Making of Industrial São Paulo* (Durham: Duke University Press, 2016).
- _____. "The Local and the Global: Neighborhoods, Workers and Associations in São Paulo (1945-1964)," *IRSH*, Vol. 62 (2017), Special Issue, pp. 191-216.

- _____. “Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954)” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol 33, no. 66 (2013), pp. 71-94.
- Fox, M. Louise. “Income Distribution in Post-1964 Brazil: New Results,” *The Journal of Economic History*, Vol. 43, no. 1, *The Tasks of Economic History* (March 1983), pp. 261-71.
- Frank, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil* (New York: Monthly Review Press, 1967).
- French, John D. *The Brazilian Workers’ ABC: Class Conflict and Alliances in Modern São Paulo* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992).
- French, John D. and Mary Lynn Pedersen, “Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo, 1945-1948,” *Latin American Research Review*, Vol. 24, no. 3 (1989), pp. 99-125.
- French, William E. and Katherine Elaine Bliss. *Gender, Sexuality, and Power in Latin America since Independence* (Rowman & Littlefield Publishers, 2006).
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006 [1959]).
- Gilbert, Michael. *Inflation and Social Conflict, A Sociology of Economic Life in Advanced Societies* (Sussex: Wheatsheaf Books Ltd, 1986).
- Granville, Brigitte. *Remembering Inflation* (Princeton: Princeton University Press, 2013).
- Haber, Stephen and Herbert S. Klein. “The Economic Consequences of Brazilian Independence” in *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914* (Stanford: Stanford University Press, 1997), [XXXX].
- Hirschman, Albert O. “The Social and Political Matrix of Inflation: Elaborations on the Latin American Experience” in *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond* (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), pp. 177-207.
- _____. *The Strategy of Economic Development* (New Haven: Yale University Press, 1958).
- Husztai, E. “Social and Economic Impact of Inflation in Hungary,” *Acta Oeconomica*, 18, no. 1 (1977), pp. 69-80.
- Hutton, David Graham. *Inflation and Society* (London: Ruskin House, 1960).
- Kahil, Raouf. *Inflation and Economic Development in Brazil, 1946–1963* (Oxford: Clarendon Press, 1973).
- Katona, George. “The Psychology of Inflation” in *Inflation Through the Ages: Economic, Social, Psychological and Historical Aspects*, edited by Nathan Schmukler and Edward Marcus (New York: Brooklyn College Press, 1983), pp. 745-753.
- Kurlat, Pablo. *Intermediate Economics*. 2016.
<http://web.stanford.edu/~pkurlat/teaching/Econ52notes.pdf>.
- Leff, Nathaniel H. “Economic Development in Brazil, 1822-1913,” in *How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914* (Stanford: Stanford University Press, 1997), pp.34-64.
- Lopes, Francisco. *O Choque Heterodoxo* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986).
- Love, Joseph L. “The Rise and Decline of Economic Structuralism in Latin America: New Dimensions,” *Latin American Research Review*, Vol. 40, no. 3 (October 2005), pp. 100-125.
- Mainwaring, Scott. “Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy: Nova Iguaçu,” in *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, ed. by Alfred Stepan (Oxford: Oxford University Press, 1989), pp. 168-204.

- Mankiw, N. Gregory. *Principles of Economics*, 7th edition (Cengage Learning Online, 2015).
- Mattoso, Katia de Queróis. *Ser Escravo no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1982).
- Meadows, Donella H. *Thinking in Systems: A Primer*, edited by Diana Wright (White River Junction, VT: Chelsea Green Publishing, 2008).
- Metcalf, Alida. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana De Parnaíba, 1580-1822* (Austin: University of Texas Press, 2005 [1992]).
- Monteiro, Thiago Nunes. “*Como pode um povo vivo viver nestacarestia*”: *O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*, Master’s Dissertation at Universidade de São Paulo (São Paulo, 2015).
- Ónody, Oliver. *Ainflação brasileira (1820-1958)* (Rio de Janeiro, 1960).
- Orenstein, Luiz and Antonio Claudio Sochaczewski. “Democracia com desenvolvimento, 1956-1961” in *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*, ed. by Marcelo de Paiva Abreu (Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2014).
- Pereira Neto, Murilo Leal. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)* (Campinas: Editora Unicamp, 2011).
- Ribas Vieira, José, ed. *Na corda bamba, doze estudos sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1993).
- Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).
- Sandoval, Salvador A.M. *Social Change and Labor Unrest in Brazil since 1945* (Boulder, CO: Westview Press, 1993).
- Scheper-Hughes, Nancy. *Death Without Weeping, The Violence of Everyday Life in Brazil* (Berkeley: University of California Press, 1992).
- Shiller, Robert J. “Why do People Dislike Inflation?” *NBER Working Paper Series*, Working Paper 5539 (April 1996), pp. 1-75.
- Simonsen, Mário Henrique. *Inflação: Gradualismo versus tratamento de choque* (Rio de Janeiro: Apec, 1970).
- _____. “Inflation and the Money and Capital Markets of Brazil” in *The Economy of Brazil*, edited by Howard S. Ellis (Berkeley: University of California Press, 1969), pp. 133-161.
- Sims, Christopher A. “A simple model for study of the determination of the price level and the interaction of monetary and fiscal policy,” *Economy Theory*, no. 4 (1994), pp. 381-399.
- Skidmore, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964* (Oxford: Oxford University Press, 1967).
- _____. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985* (New York: Oxford University Press, 1988).
- Smith, Russell E. “Política salarial, mercados de trabalho e salários industriais no Brasil, 1960-1976: Uma análise por propriedade e tamanho da empresa,” *Revista de Economia Política*, Vol. 8, no. 1 (January/March 1988), pp. 50-70.
- Summerhill, William. *Order Against Progress: Government, Foreign Investment, and Railroads in Brazil, 1854-1913* (Stanford: Stanford University Press, 2003).
- Tarullo, Daniel K. “Monetary Policy Without a Working Theory of Inflation,” *Hutchins Center Working Paper #33*, Brookings Institution, October 2017, pp. 1-19.
- Taylor, Frederick. *The Downfall of Money, Germany’s Hyperinflation and the Destruction of the Middle Class* (London: Bloomsbury, 2013).
- Tilly, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990* (Cambridge: Basil Blackwell, 1990).
- Weber, Max. *Economy and Society: Volume I* (Berkeley: University of California Press, 2013 [1922]).

- Widdig, Bernd. *Culture and Inflation in Weimar Germany* (Berkeley: University of California Press, 2001).
- Wolfe, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955* (Durham, N.C.: Duke University Press, 1993).
- Zijlstra, J. "Inflation and its Impact on Society," *De Economist*, 123, no. 4 (1975), pp. 495-506.